

**Notas e informações**

# Antecipar o futuro ou abrir mão dele

Seria indispensável que as lideranças políticas brasileiras dessem a atenção devida à mensagem que o primeiro-ministro de Portugal trouxe ao Brasil e que, entre vários pronunciamentos que fez, está estampada no Suplemento Especial editado por *O Estado de S. Paulo* e pelo *Jornal da Tarde*. O sr. Cavaco Silva, indiscutivelmente, é homem atualizado no tempo em que vive e adaptado às exigências do meio em que atua — o que lhe explica a rápida ascensão vitoriosa à função que exerce e a popularidade de que dispõe. Ele não se fatiga, repetindo que as ideologias morreram, Marx está ultrapassado e o socialismo estatizante faliu; e não se acanha em declarar-se integrante da “esquerda moderna”, na qualidade de social-democrata genuíno, que recusa alianças incômodas com a extrema direita e, de outro lado, se empenha por atrair intelectuais de esquerda desiludidos do socialismo. “As ideologias estão sendo jogadas no caixote das velharias”, afirma o primeiro-ministro, escandalizando supostos intelectuais que ainda se encontram agrilhoados aos postulados marxistas e julgam que a submissão da sociedade ao Estado garantirá uma fantasmagórica igualdade (jamais alcançada), mesmo com sacrifício da liberdade, a qual relegam a plano secundário.

Cavaco Silva entende que é nociva a intervenção crescente do poder público na economia, na cultura e mesmo no plano puramente social. Ele reconhece que o Estado tem um papel a desempenhar, mas que há outro vetor fundamental, que é a igualdade de oportunidades. Cumpre aos que governam velar para que não falte tal igualdade, assegurando a todos educação, saúde e segurança social. De tudo resultará a adoção de um pragmatismo saudável, que não rejeita a observância de princípios mas é capaz de enfrentar os desafios do mundo moderno. O primeiro-ministro não hesita em afirmar que Portugal, hoje, reflete tais idéias, afeiçoado às mudanças por que o mundo está passando, e que as ideologias vetustas não estão aptas a promover. Indo mais longe, acentua: “Em Portugal, por exemplo, alguns socialistas continuam honestamente convencidos de que a forma de desenvolver o país é privilegiar o setor público ou então ocupar terras no Alentejo. Isso está

totalmente ultrapassado. Por outro lado, o caminho não é também o liberalismo selvagem”. Confiante, remata: “Hoje, o espaço da riqueza e da justiça é o espaço do centro”.

De resto, não faltam, ao derredor, exemplos que conferem às palavras transcritas a força que só se reconhece às evidências. Felipe Gonzalez, lembra Cavaco Silva, é socialista, mas o que está aplicando na Espanha são políticas liberais e democráticas. Nesse sentido, o chefe do governo português não hesita em advogar a tese de que na Constituição de seu país há os dispositivos que são de fachada e os que espelham a realidade; e adianta que, no que se trata de mandamentos de fachada, os titulares do Executivo já se habituaram a governar, mesmo em contradição com o que a Carta consigna. Que é que vem a ser de fachada na Lei Magna portuguesa? A irreversibilidade das nacionalizações (estatizações) posteriores a 25 de abril, data em que o salazarismo foi derrubado, a exigência de extinguir latifúndios, a impossibilidade de dispensar por justa causa. No tocante a esse tipo de demissão, como poderá a empresa que produz para o mercado externo manter o mesmo número de empregados, se deixar de exportar?

“Ninguém acredita que o socialismo traga qualquer coisa”, adverte o primeiro-ministro, mencionando a obrigatoriedade, estabelecida na Constituição, de tornar coletivos os meios de produção e estatizar a medicina. Assim, enquanto a pleora do poder público significa retrocesso, o progresso aponta para o outro lado, coincidindo com o surgimento do grande mercado interno europeu, a exigir a abolição de fronteiras econômicas para que a livre circulação de bens não encontre entraves de natureza administrativa, técnica e fiscal. Como consequência, será inevitável “a circulação de idéias e conhecimentos”. Usando o simples bom senso, não seria imperativo tachar de reacionário quem se opusesse a tais conceitos, que respondem pela antecipação do futuro, sob pena de, rejeitados, condenar Portugal a renunciar a uma necessária associação com o desenvolvimento de seus vizinhos no Continente?

Obstáculos impostos pela Constituição? Cavaco Silva considera erro

funesto fazer da Lei Magna um espartilho do funcionamento da sociedade, porque o mundo moderno, em processo acelerado de mutação, requer agilidade e não se compadece com qualquer tipo de rigidez que institua o imobilismo. Ele não guarda segredo e informa: “Já fizemos um primeiro retoque em nossa Constituição”. Entusiasmado, anuncia outra reforma da Carta: “Desta vez, a poda vai ser muito maior (...). Eu penso que a revisão constitucional será feita”.

Seria pedir demais, solicitar aos constituintes reunidos em Brasília, dedicados a elaborar uma Lei Magna capaz de pôr o Brasil definitivamente na contramão da História, que meditassem sobre as lições valiosas deixadas aqui pelo primeiro-ministro de Portugal? Não há país que, embalado no sonho retrógrado de transformá-lo em autarquia, possa nestes dias assegurar a seu povo a elevação do padrão de vida a que tem direito. Vide Albânia, remanescente do século XIX nesta etapa decisiva em que as nações industrializadas penetram no século XXI. Essa Constituição, que jaz em longo processo de gestação, não pode significar a vitória da xenofobia ou o predomínio do Estado sobre a sociedade nem a decretação da guerra contra o progresso que precisa ser importado porque não existem aqui capitais, pesquisa e tecnologia para fabricá-lo sem ajuda estrangeira. Portugal pode e deve ser uma cabeça-de-ponte do Brasil na Europa, mas terá de funcionar no sistema de mão dupla, pois esse sistema, ampliadas as fronteiras deste país com o Exterior, é o único que convém a ambos.

O Brasil não carece de uma Lei Maior em que disposições de fachada levem eventuais bons governantes, esclarecidos, sintonizados na onda do futuro, a ignorar o que está escrito para procurar atingir o bem comum contrariando a norma constitucional. Muito se economizaria se se promulgasse uma Carta moderna, liberal, ágil, de índole marcadamente *antialbanesa*. Mãos à obra, senhores senadores e deputados! Do contrário, os responsáveis pela Constituição reacionária por que anseiam alguns parlamentares, à frente os notórios *xixitas*, se veriam na obrigação de suprimir o lema que adorna o pavilhão nacional, por se caracterizarem como declarados inimigos do progresso.